

política

Leite, bancadas e empresários pedem financiamento da folha

Parlamentares querem repetir medidas emergenciais da pandemia

/ CLIMA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

Os agentes políticos do Rio Grande do Sul se mobilizam para estancar a hemorragia econômica deixada pelas enchentes que devastaram o Estado durante o mês de maio. Governo do Estado, bancadas estadual e federal de deputados e os empresários gaúchos se unem em um pleito: que o governo federal assumira o pagamento da folha de funcionários para empresas que foram atingidas pela catástrofe climática.

O tema foi tratado durante a manhã desta segunda-feira no Centro Administrativo de Contingência, em reunião entre a deputados federais e o governador Eduardo Leite (PSDB), e posteriormente, durante a tarde, na Assembleia Legislativa, em um encontro da bancada federal com deputados estaduais e representantes do empresariado gaúcho.

São pelo menos cinco demandas que devem ser tratadas com urgência em Brasília nesta semana, visto que o quinto dia útil de junho se aproxima e muitas empresas estão com extrema dificuldade de honrar seus compromissos trabalhistas.

O primeiro pedido é a instituição de um "layoff calamidade". Ou seja, repetir o que foi feito durante a pandemia de Covid-19, em 2022, quando o então governo Jair Bolsonaro (PL, 2019-2022) assumiu a folha de pagamento de empresas durante três meses (90 dias).

Neste caso, a União permitiria a empresas gaúchas a suspensão de contratos de trabalho e se responsabilizaria pelo pagamento do salário desses funcionários durante um prazo determinado. Esse período ainda está em discussão: "O problema vai estourar quarta ou quinta-feira. Temos que estancar a hemorragia. Se for por 90 dias, podemos rever lá na frente. Mas, agora, se for por um mês já começa a resolver. Precisamos ter urgência", declarou o presidente da Federasul das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Rodrigo Sousa Costa, que conduziu a reunião no Parlamento.

O Layoff Calamidade não poderia ser retroativo e, caso ocorra,



Reunião entre deputados e classe empresarial ocorreu na Assembleia

seria apenas a partir de junho. O que leva ao segundo pleito das empresas que é o financiamento da folha de pagamento referente ao mês de maio.

O terceiro pleito é o de acelerar tramites para que pequenos e médios produtores rurais do Estado tenham acesso a financiamento para o pagamento de pessoas físicas referentes a maio. "É um pedido da Federasul da Agricultura do RS (Farsul). Pequenos e médios produtores precisam urgentemente do acesso a esses financiamentos, inclusive para subsistência", aponta Sousa Costa.

O quarto pleito é a prorrogação do pagamento de impostos federais. O quinto é uma solução para o transporte aéreo no RS, visto que o Aeroporto Internacional Salgado Filho só deve voltar às atividades em dezembro.

Os gaúchos deverão pressionar o governo federal em Brasília para essas demandas durante a semana. "Fizemos essas reuniões na tentativa de unificar nossas pautas através das bancadas para salvar empregos e empresas em função do quinto dia útil. Buscamos preparar um ambiente político de convergência de todos os gaúchos", disse o presidente da Federasul.

O governador Eduardo Leite deve viajar a Brasília nesta quarta. Ele busca se reunir com o ministro do Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho (PT), para tratar desses reflexos econômicos da crise climática.

Coordenador da bancada gaúcha, o deputado Dionilso Marcon é do PT e tem interlocução com o governo federal. Ele defende que os benefícios sejam concedidos apenas a empresas atingidas dire-

tamente. "Precisamos garantir as empresas e os empregos, mas em primeiro lugar para quem foi atingido. Não dá pra, onde passa um boi, passar uma boiada. Precisamos olhar com carinho as empresas e empregos que foram atingidos nessa tragédia", afirmou o parlamentar, afirmando que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem compromisso geral com o RS.

A Federasul tenta que esses benefícios seja para todas as empresas gaúchas, visto que mesmo aqueles que não foram atingidos diretamente pelas águas também sofrem o reflexo da crise, seja por estarem praticamente inoperantes durante o mês todo - caso do setor de turismo, por exemplo -, seja por dificuldade logística em relação a fornecimentos de insumos causados pela crise.

"Não há perigo de haver vantagens indevidas. Uma empresa que está funcionando vai querer seus funcionários trabalhando", argumentou o presidente da Federasul.

Outros deputados cobraram pressa do governo federal. "Funcionou na pandemia, vai funcionar de novo. É absolutamente necessário. Essa solução já está pronta. É só mandar a Medida Provisória (MP). Assina hoje e amanhã já está valendo. Precisamos de celeridade, as pessoas estão desesperadas", afirmou Marcel van Hattem (Novo).

"Precisamos resolver isso logo. Muitas empresas estão fechadas e não têm recursos para pagar seus colaboradores, muito menos se reconstruir. Essa medida já deveria ter sido feita de ofício pelo governo federal. Não precisa o governador ou os deputados federais pedir. O presidente veio ver a situação do RS", disse Any Ortiz (Cidadania).

Remissão do IPTU e da taxa de lixo para atingidos deve ser ampliada

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

A remissão das parcelas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Lixo (TCL) foi aprovada pela Câmara Municipal de Porto Alegre em sessão realizada nesta segunda-feira. O projeto continha 20 emendas que alteravam o texto original. Para agilizar a votação, os parlamentares tentaram negociar um acordo com a liderança do governo para que fosse formado um bloco único para apreciação. No entanto, não foi possível obter um consenso, levando as emendas a serem analisadas individualmente.

A falta de acordo foi avaliada negativamente por parlamentares que tradicionalmente votam em consonância com o governo de Sebastião Melo (MDB). Principalmente, devido ao posicionamento do secretário da Fazenda, Rodrigo Fantinel, de que a aprovação de emendas que ampliam a remissão dos impostos afetariam as finanças do município.

Um dos vereadores alinhados com o governo e que exerceu crítica à decisão da líder do governo em exercício, Cláudia Araújo (PSD), foi Cláudio Janta (SD). "A gente escuta aqui alegações do governo de que não vai ter dinheiro, de que nós vamos quebrar o governo. Eu sou do comércio, se eu não tiver o produto, eu não vou vender. Se nós não tivermos as empresas funcionando, nós não vamos arrecadar IPTU. Ninguém está pedindo nada que não seja justo aqui, ficar um período sem recolher IPTU, até porque (os empresários) terão que refazer suas empresas", defendeu Janta.

O projeto inicial previa a suspensão do IPTU e do TLC apenas por 60 dias. Com a aprovação das emendas, ficou determinada a remissão do IPTU e da TLC parcelados para o ano de 2024 e isenção até maio de 2026 para todos os atingidos pelas enchentes. A remis-

são diz respeito ao tributo já cobrado, mas ainda não pago.

Além disso, foi aderida a isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) aos profissionais autônomos até dezembro deste ano e a concessão de uma compensação do IPTU e do TCL de 80% a quem pagou os respectivos impostos à vista em 2024.

A aprovação foi comemorada pelos seus propositores, do partido Novo. "Devolver os valores dos tributos cabíveis é o primeiro passo para ajudarmos a cidade nesta reconstrução", defende o líder da bancada, Tiago Albrecht (Novo).

Outro aspecto que foi discutido pelos parlamentares diz respeito à decisão sobre quais locais poderão ter acesso ao benefício fiscal. No projeto original, 31 bairros foram listados pela Prefeitura como aptos para a isenção dos impostos. No entanto, uma das emendas previu o georreferenciamento para a determinação de quais imóveis foram afetados pelas enchentes.

A proposta partiu do vereador Cassiá Carpes (Cidadania), visando contemplar áreas de bairros não listados e que sofreram os impactos das águas, assim como evitar que locais não atingidos em bairros alagados usufruam desnecessariamente da medida emergencial. "Nada mais justo que sejamos sensíveis em estender o benefício fiscal dado aos imóveis dos bairros atingidos pela enchente do início deste mês àqueles que sofreram perdas pelas chuvas supervenientes e que repercutem no agravamento da crise climática que estamos enfrentando", justificou no requerimento.

De autoria da bancada do PCdoB, uma das emendas isenta famílias que acolheram pessoas desabrigadas das tarifas de consumo de água e esgoto. Já a bancada do Republicanos aprovou a isenção do IPTU para imóveis que servirem de abrigos, centros de distribuição e que acolherem famílias vítimas da enchente por mais de seis meses.

CPI da CEEE tem agenda de retorno

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a atuação do Grupo Equatorial à frente da CEEE em Porto Alegre retornará na próxima semana. As sessões haviam sido descontinuadas devido à inundação do prédio da Câmara. Com o restabelecimento da energia do prédio e a volta dos encontros presenciais do Parlamento, a investi-

gação terá seu próximo encontro dia 13 de junho, às 9h30min, com depoimento da direção da Equatorial. Na semana em que foi suspensa, a CPI pretendia ouvir os depoimentos de representantes da MetSul Meteorologia, da terceirizada Setup que prestou serviços à CEEE Equatorial e do ex-presidente da CEEE estatal Gerson Carrion.